



FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESPAÇO DE CONHECIMENTOS E SABERES A PARTIR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

Eixo Temático: Profissão docente e formação de professores

Sueli Lima Nunes

Secretaria Municipal do Cabo de Santo Agostinho

e-mail: sueli.nunesl@bol.com.br

Resumo: A formação de Professores para a Educação das Relações Étnico-raciais, devem esta pautadas não só em basamento legal, como também em uma proposta pedagógica que de fato promova o conhecimento científico em consonância com o conhecimento empírico, visando um repertório indetentário, favorecendo a sensibilização de valores, o conhecimento de si em detrimento do conhecimento do outro. Não negando o passado, mas construindo o presente e vislumbrando o futuro. Nesse caminho, de repensar a história e a sociedade, torna-se fundante a inserção no currículo escolar de temas e conteúdos que afirmam positivamente a história e a cultura da população afro-brasileira e africana, nesta perspectiva de intenção e ação a Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho, elabora o trabalho de formação continuada com os professores, possuindo um caráter sistemático mensal através de nucleação por escolas por proximidade geográfica e por nível de ensino, como também através de formação de acompanhamento, atendendo as questões específicas do processo de ensino e aprendizagem nas próprias unidades escolares. A formação continuada propicia conhecimentos e saberes. Com o desenvolvimento da formação percebeu-se um maior engajamento social entre as relações e parcerias entre os professores da Rede e os núcleos de cultura de raízes de matriz africana, este processo de construção fez com que as vivências pedagógicas ultrapassaram os muros das escolas. Desta forma, percebemos que trabalhar a formação de professores a partir das Relações Étnico-raciais torna-se um espaço democrático de conhecimentos, criatividade e de pesquisa.

Palavras Chaves: Formação, Etnicidade, Saberes.

1 – INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da Educação na atualidade, vem sendo a vivência de práticas pedagógicas que oportunizem a Política de Ações Afirmativas nas escolas do Ensino fundamental. Sabemos que oportunizar novos saberes perpassa por diversos processos de



desconstrução e construção de conhecimentos, valores e proposta políticas estruturais da educação, que necessitam de ações não instantâneas nem fragmentadas, na verdade faz-se necessário um arcabouço de intenções e ações que promovam o espaço democrático do saber. As ações políticas e sociais, devem estar em consonância com o desenvolvimento de ações pedagógicas oriundas de todo um repertório indenitário étnico-racial de viabilidade cultural, econômico e político. O trabalho escolar nas escolas de ensino fundamental, mesmo tendo o aparato legal a partir da lei 10.639/03, e dos Parâmetros Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais, isso não significa dizer que os professores estão de fato oportunizando estes conhecimentos nem que os alunos tenham a garantia da vivencia desse aprendizado nas salas de aula, essas questões passam por inúmeros viés construções objetivas e subjetivas. Percebemos que são inúmeras e evidentes as solicitações para que de fato os nossos professores sintam-se contemplados com formações sistemáticas que pluralize os conhecimentos em torno das Relações Étnico-raciais nas salas de aula, pois ainda são escasso material didático de qualidade, quanto propostas e efetivação de formação de professores.

Desta forma, percebemos a grande importância da de uma política de formação continuada que trabalhe com a temática da Educação das Relações Étnico-raciais.

2 - DESENVOLVIMENTO

Por muitos e dolorosos anos, fomos forçados a acreditar por verdade no mito da democracia racial, e conseqüentemente que as desigualdades brasileiras era oriunda tão e somente da pobreza monetária e na má qualidade de vida, todavia, a grande parcela órfã das dádivas sociais, era composta pelos negros e negras que ao mesmo tempo, eram cantados em versos a fio a sua beleza atlética, sua sensualidade, sua força bruta. Situações estas que eram poetizados através de músicas, romances, quadros e etc., reforçando historicamente o estereótipo racial, distanciando esses povos do acesso as oportunidades. A desigualdade social brasileira a muito foi velada, atendendo aos anseios daqueles que ainda ocupam o cume da pirâmide econômica social e de poder, pois, buscar oportunidade de direitos é refletir e propor estratégias de superação, e todas passam pelo combate ao preconceito e a discriminação racial.



Percebemos que ao longo dos anos tem se presenciado um grande esforço de estudar e analisar as questões pertinentes a história e a cultura dos negros e negras, mesmo assim, este conhecimento ainda é muito ínfimo no que diz respeito a divulgação grande importância da participação dos negros e negras no que concerne a História e o desenvolvimento da sociedade brasileira, o que nos chama a atenção, é a forma desarticulada e estereotipada, que são apresentados os povos de matrizes africanas do contexto histórico do pretérito até os dias atuais. Reportando-se aos negros e negras, apenas em contexto de escravo, dentro de uma proposta simplista e folclórica. De acordo com Fernandes (2008) e Ianni (1996), o preconceito racial é constitutivo do processo de sociabilidade brasileira e contrapõe-se, sociologicamente, à premissa de democracia racial, insistentemente defendida e difundida pelos primeiros sociólogos e historiadores que pensaram e escreveram acerca da constituição da nação brasileira. Para esses estudiosos, o mito de democracia racial contribuiu significativamente para o não enfrentamento das questões raciais no Brasil, bem como para a dominação e exclusão social do negro e do índio da sociedade, da história e da cultura brasileira. Nesse sentido, a desconstrução do mito da democracia racial no Brasil se constitui em um dos elementos fundamentais para a construção de outro projeto de sociabilidade assentado na crítica à exclusão de uma etnia em nome de diferenças e diversidades físicas/biológicas e étnicas. Nesse caminho de repensar a história e a sociedade, a inserção no currículo escolar de temas e conteúdos que afirmam positivamente a história e a cultura da população afro-brasileira e africana tornou-se o referencial curricular para a educação das relações étnico-raciais. Entende-se por educação das relações étnico-raciais a inserção, no processo de ensino e da aprendizagem formal, de conteúdos, posturas e valores que propiciem ao educando conhecer, analisar, compreender, problematizar e desconstruir conceitos, concepções e práticas que fundamentam e legitimam as desigualdades étnico-raciais na escola e na sociedade.

O negro e a negra, não foi, ele e ela são pessoas que compuseram e compõe a história. É evidente portanto, que ao propor trabalhar com Educação Étnico-raciais, a partir de um olhar sistêmico e de promoção de igualdades é necessário a vivência de uma proposta de formação continuada que atendam a tais perspectivas, onde os professores tomem conhecimento importantes produções científicas de ensino a partir de uma proposta que atendam as modalidades e níveis de ensino a fim de que adquiram subsídios para melhor



compreender a questão racial do Brasil e desta forma erradicar o preconceito e discriminação social.

A Lei da Lei 10.639/ 03, que trata da obrigatoriedade do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Atualmente vigente, dispõe sobre a obrigatoriedade de incorporação da temática nas escolas de educação básica brasileira públicas e privadas. Vale salientar que o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

A importância histórica desse dispositivo legal tem sido evidenciada através de vários aportes científicos refletidos por vários estudiosos das relações raciais em nosso país. Para muitos estudiosos, (CAVALLEIRO, 2006; GOMES, 2001; MUNANGA, 2005), a promulgação da Lei nº 10.639, de 2003 abriu precedentes para a discussão junto aos sistemas de ensino de questões vinculadas ao combate ao preconceito étnico-racial, por meio dos conteúdos escolares e de ações sistemáticas e cotidianas, desenvolvidas nas instituições educacionais de educação básica. Para os militantes do movimento negro e para os pesquisadores envolvidos com a temática racial, a referida lei favoreceu o desvelamento e a discussão acerca das concepções e posturas preconceituosas que permeiam as relações sociais no Brasil, desde o período colonial, as quais contribuíram para a dominação, marginalização e a exclusão de um número significativo da população afrodescendente da escola, do trabalho, da saúde, entre outros. No entanto, sabemos que não só os dispositivos legais irão dar conta de uma mudança de postura pedagógica nas escolas, uma educação que priorize uma formação antirracista necessita ser resignificada, através de estudos científicos, inovações em



práticas pedagógicas, aquisição de material didático e principalmente por formações sistemáticas e continuadas de professores, para que possam conhecer, explorar, entender e incorporar uma proposta de uma Educação que atenda a real necessidade do combate ao preconceito e racismo. Desta forma, percebemos a real necessidade e urgência da formação continuada para professores dentro das dimensões pedagógicas da Educação das Relações Étnico raciais.

O racismo e seus derivados no cotidiano e nos sistemas de ensino não podem ser subavaliados ou silenciados pelos quadros de professores(as). É imprescindível identificá-los e combatê-los. Assim como é pungente que todos(as) os(as) educadores(as) digam não ao racismo e juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação.

(MEC Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/ Brasília – 2005)

O silêncio das salas de aulas sobre as dinâmicas das relações raciais favorecem que sejam reforçados nos(as) alunos(as) uma preferência sob os brancos sem que haja uma reflexão sobre esta problemática a partir dos professores(as), sem estes questionamentos vão sendo reforçados ações de discriminação, e as ações pedagógicas no cotidiano escolar vem sedimentando este mesmo sentimento de distanciamento e inferioridade. Continuar em silêncio frente a este barulho efervescente de contexto subjetivo, não afasta atos reais discriminatórios e racista, é imprescindível, portanto, reconhecer este problema e combatê-lo no espaço escolar, através de práticas de ações afirmativas que provoquem e promovam o respeito mútuo, o respeito ao outro e o reconhecimento das diferenças.

Nesse ponto, nos deparamos com as ações da Secretaria de Educação do Município do Cabo de Santo Agostinho/PE, que ao longo de sua trajetória educacional vem priorizando ações voltadas ao acesso de oportunidades e permanência com sucesso de todos os seus munícipes, através de uma educação de qualidade. O Processo de Formação Continuada do Município do Cabo de Santo Agostinho, tem um caráter peculiar de atuação, pois o mesmo nasce a partir da atuação do Núcleo de Avaliação Educacional do Cabo de Santo Agostinho NAEC, onde a função principal deste núcleo foi de elaborar avaliações, aplicar e analisar os



dados das mesmas, levando em conta os índices de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental do município. Após a constatação quantitativa e qualitativa desses índices, verificou-se a necessidade de uma atuação de formação continuada, que consiste em atender a ampliação de conhecimentos estruturantes no desenvolvimentos de competências e habilidades detectadas através das avaliações. O trabalho de formação continuada com os professores possuem um caráter sistemático mensal através de nucleação por escolas por proximidade geográfica e por nível de ensino, como também através de formação de acompanhamento, atendendo as questões específicas do processo de ensino e aprendizagem nas próprias unidades escolares. O Núcleo de Avaliação, o NAEC, ampliou as suas ações tornando-se uma coordenação de Formação e Avaliação, sob coordenação da Gerência de Ensino. A composição dos profissionais desta coordenação, são de áreas de conhecimentos variados e todos professores concursados da própria Rede Municipal,

O Município do Cabo, é um dos pioneiros a trabalhar a Educação das Relações Étnico-raciais, tendo o Quilombo das Onze Negras, como marco de contribuições históricas ao município. A Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho, antes mesmo o aparato legal, já trabalhava uma proposta de formação continuada para rede Municipal, enfatizando conteúdos temáticos étnico-racial, e essa proposta obteve mais êxito, quando alicerçada com a aplicabilidade da Lei 10.639/ 03, porém, foi a partir de 2010, com o curso promovido pelo Ministério da Educação e apoio da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Movimento Negro onde professores da Rede participaram do curso de Propostas Pedagógicas para a Educação das relações Étnico-raciais, que foi evidenciado o trabalho de formação na Rede a partir de temáticas étnico-racias com todos os professores, em seguida, elabora-se o Grupo de Estudo e Trabalho Afro indígena - GETAI, grupo este que irá subsidiar as formações continuadas da rede, juntamente com o Setor de formação continuada do Município, a partir dos aspectos da Educação das Relações Étnico-raciais.

O percurso de formação de professores a partir da temática iniciou-se no ano de 2011, com a existência do Getai, as temáticas de formação, tomaram aspectos de construções e valorização étnicas. Inicialmente as Formação aconteceram com os professores das séries iniciais em seguida com os professores das séries e finais. As formações de professores tem um caráter continuado de e Seminário, as formações segue um calendário pré fixado, sendo uma formação a cada mês iniciada no mês de fevereiro até o mês de outubro um seminário de



experiências exitosas no mês de novembro. Todas as formações são divididas por nível de conhecimentos entre creche e pré escola, bem como do primeiro ano ao quinto, pela equipe de formação, tendo como eixo norteador os conhecimentos e valores das relações étnico-raciais através de eixos temáticos, vinculadas as áreas de conhecimento. O grupo de formadores são divididos entre as diversas áreas de conhecimentos, onde se reúnem para estudo e sistematização do trabalho teórico prático para as formações. As formações possuem caráter bastante específicos entre os professores dos anos iniciais e finais.

Na realização das formações continuadas da Educação infantil e dos anos iniciais são sempre vivenciadas saberes e valores da cultura afro-brasileira, dentro do campo das ciências e na sistematização de proposta pedagógica (atividades e oficinas) que venham a reafirmar o conteúdo estudado. Os professores participam de forma efetiva das discussões, planejamentos e construção de atividades, sequencias didáticas, projetos e ou qualquer outra modalidades organizativas fundamentada na teoria estudada anteriormente, em seguida elaboram propostas de novos conteúdos que gostariam de analisar nos encontros subsequentes e finalizam sempre com avaliações orais e escrita. Estas avaliações servem de bases para novas construções e reorientações de novos trabalhos.

Já na proposta de formação do sexto ano ao nono, as formações seguem uma outra linha. O Getai, promove formações para os coordenadores de departamentos, por área de conhecimentos, através de teorias e práticas pedagógicas, para que os professores dentro das áreas de conhecimentos específicas possam trabalhar os conteúdos com os estudantes. A sistemática de formação também é contínua, onde os professores se reúnem um dia por semana para estudo, planejamento, participação de palestras e oficinas, planejando suas ações tendo como base o estudo de grupo e a vivência da sala de aula, através de diversas metodologias organizadas pelo departamento e pelos próprios professores.

Quando iniciamos o trabalho de formação continuada através de eixos temáticos com objetivo de trabalhar a Educação para as Relações Étnico-raciais, foi com intuito de Estudar e analisar para questões fundamentais do saber de um povo, que historicamente foi omitido seus valores e importância, por opressão e poder. Sensibilizar para entender, discutir e propor ações de afirmação de valorização e fortalecimento étnico, pois, estas ações requer pensar e entender do que somos hoje sem negar o ontem como referência. Trabalhar com os professores do ensino fundamental, desde a creche até ao nono ano, oportunizou o resgate da



auto estima, aprimorou os conhecimentos e a buscar de conhecer e valorizar as ferramentas históricas de nosso município, possibilitou e possibilita a desenvolver a escuta, das vozes antes embargadas por práticas pedagógicas descontextualizadas. Hoje, percebemos que através da aproximação da atuação pedagógica com os demais grupos sociais do município tais como: Grupos de capoeiras, comunidade Quilombola onze negras e outros grupos sociais. Um outro fator que nos chamava a atenção para agir pedagogicamente eram os dados estatísticos do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010, onde nos apresentava o pertencimento e identidade dos munícipes cabenses a respeito de raça/cor, independentemente do grau de escolarização, das condições sociais e de gênero. Dos entrevistados, foram perguntados sobre a sua identidade étnica e os dados apresentados foram: BRANCOS 46.577 (quarenta e seis mil quinhentos e setenta e sete pessoas), NEGROS E PARDOS 17.677 (dezesete mil seiscentos e setenta e sete pessoas) e AMARELOS 89.780 (oitenta e nove mil setecentos e oitenta pessoas). Estes dados apresentam como as pessoas se identificam, todavia nos causa perplexidade a grande quantidade de pessoas que se identificam enquanto amarelos, visto que no município do Cabo de Santo Agostinho não ter nenhuma predominância de asiáticos, entendemos que esse resultado expressa ainda resquícios da condição eurocêntrica subjetiva de entendimento identitários.

A proposta de trabalhar na Formação Continuada, a valorização das Relações Étnico-raciais, principalmente no diz respeito a cultura Afro-brasileira, foi bem além que o nosso horizonte podia alcançar, pois realizamos no final de 2013, um questionário com os professores levantando o quantitativo da identificação étnica dos professores das séries iniciais do ensino fundamental do município. Após dois anos de formação continuada com as temáticas de Relações étnico-raciais e percebemos que 58,6% dos professores se identificaram enquanto pardos e negros, distanciando dos dados apresentados da população cabense no ano da pesquisa do IBGE (2010), acreditamos que esta realidade seja reflexo das formações continuada de professores. Desta forma, fica notório que o trabalho de formação continuada propicia conhecimentos e saberes, pois além de promover orientação teórico científica, proporcionada também uma reflexão a partir das nossas ideologias. Percebemos também um maior engajamento social entre os saberes científicos e populares a partir das relações e parcerias entre os professores da Rede e os núcleos de cultura de raízes de matriz



africana, as vivências pedagógicas ultrapassaram os muros das escolas, quando vários professores e alunos se engajaram nas caminhadas do Dia da Consciência Negra, levando para a praça, música, poesia, dança, expressões artísticas variadas apresentando a beleza a importância e a singularidade da cultura Afro-brasileira. Desta forma, constatamos que trabalhar na formação de professores a partir das relações Étnico-raciais é um espaço democrático de conhecimentos e saberes.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Formação Continuada a partir das Relações Etnicorracias, ultrapassou os objetivos iniciais de trabalhar os aspectos dos valores, saberes e cultura dos povos afro brasileiros e africanos. O pertencimento étnico é despertado através do conhecimento, e este conhecimento necessita estar articulado entre o científico e o empírico, as metodologias de trabalhos pedagógicos devem ser priorizado através do conhecimento transdisciplinar, levando em conta a vida além dos muros da escola. Quando se propõe a trabalhar educação para as Relações Étnico-raciais, significa apresentar os homens e mulheres não apenas em uma determinada época histórica, necessita também apresentar toda a sua contemporaneidade, levando em conta suas marcas do passado e vislumbrando o futuro.

A Formação trouxe um repertório de conhecimento histórico e pessoal, não só para os alunos nas salas de aula da Educação Infantil e Fundamental, trouxe um repensar e um novo agir entre os professores a partir de seu pertencimento étnico, seu olhar para as diferenças e o seu compromisso sócio educacional, através das parcerias com os movimentos sociais de cultura afro.

A partir da vivência desta prática educacional e a análise da importância da formação de professores, suscita o desejo de dar continuidade a esta pesquisa, no que diz respeito ao pertencimento étnico dos alunos através do trabalho de sala de aula, bem como a repercussão do trabalho de formação na conjuntura da população cabense.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2005.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Temas Transversais.** MEC/SECAD 1998.

_____. Ministério da Educação/SECAD/MEC. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03.** Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO - Coleção Educação para Todos.

CAVALLEIRO, E. Introdução. In: BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: MEC/ SECAD, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, N. L. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2008

IANNI, O. Raça e povo. In: IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O preconceito racial no Brasil.** *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da população Brasileira.** IBGE, 2010.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola.** Brasília, DF: MEC/SECADI, 2005.

SILVA, P. B. G. Entrevista: **A Lei nº 10.639 na visão de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.** Palmares Fundação Cultural, 2012. Disponível em: . Acesso em: 17 abr. 2015.